

26 MILL E A UTILIDADE DA JUSTIÇA

Bruno Amaro Lacerda
Professor Adjunto da UFJF

Isabela Lobo Monteiro de Castro
Graduanda em Direito na UFJF

Palavras-chave: Justiça. Direitos. Mill

No capítulo V de *Utilitarismo*, John Stuart Mill se propõe a esclarecer a ideia de justiça e suas conexões com o princípio da utilidade. Após expor alguns de seus usos comuns, ligados às noções de lei, direitos e imparcialidade, Mill procura distingui-la das conveniências sociais e dos outros deveres morais.

As conveniências são aquelas ações que gostaríamos que as pessoas praticassem, mas que não lhes podemos exigir. A moral, por sua vez, abarca os *deveres* que todos têm de fazer o que é certo e evitar o que é errado. Ao contrário das meras conveniências, os deveres morais podem ser exigidos e, por consequência, são dotados de sanções, ainda que estas sejam simples punições de consciência (como o remorso) ou a opinião desfavorável das pessoas.

Os deveres de justiça são deveres morais. Mas nem todo dever moral é um dever de justiça. Há que se determinar, então, a característica que distingue a justiça dos outros campos da moralidade. Para isto, Mill recorre à tradicional divisão dos deveres em perfeitos e imperfeitos. Os deveres de obrigação imperfeita são aqueles cuja realização fica totalmente a cargo do agente, como ocorre com a generosidade, também chamada de beneficência. Assim, se serei beneficente, e quando o serei, é uma decisão exclusivamente minha. Os deveres de obrigação perfeita, ao contrário, geram *direitos* à sua realização. Apenas estes devem ser propriamente chamados de *deveres de justiça*. Pagar os alugueres convencionados, por exemplo, não é algo que fica ao meu critério, mas um dever que pode ser exigido pelo locador com base em um direito que ele titulariza.

Deste modo, a justiça impõe deveres que, além de estarem ligados ao que é correto fazer, podem ser exigidos por quem detém um direito. Este aspecto de “um direito de uma pessoa correlativo à obrigação moral” (p. 91), constitui para Mill a diferença específica da justiça no interior do gênero da moralidade, apartando-a da generosidade ou beneficência.

Consequentemente, ninguém tem *direito* à minha generosidade, pois só estou obrigado à prática desta virtude por uma escolha pessoal e não por um dever juridicamente exigível. Portanto, sempre que há um direito em questão, é de justiça que se trata, e não de outra virtude moral.

Uma vez esclarecida a ideia de justiça, Mill passa a analisar o sentimento que a acompanha, cujos ingredientes principais são o desejo de castigar quem causa um dano e a convicção de que há um ou mais indivíduos vitimados por esse dano. O desejo de castigar é natural e deriva tanto do impulso de autodefesa quanto da *simpatia* (palavra empregada no seu sentido primário, designando a capacidade humana de tomar parte nos sentimentos alheios).

Embora o castigo seja comum entre os animais, somente os seres humanos, dotados de inteligência, são capazes de *simpatizar* para além do seu círculo mais restrito de relações, preocupando-se com a ação livre *de todos os seres racionais*, sentimento que os motiva a resistir a qualquer dano que possa ameaçar a sociedade e pôr em risco a humanidade. Esta preocupação *universal* faz Mill adaptar o célebre imperativo categórico kantiano: “devemos moldar nossa conduta segundo uma regra que todos os seres racionais possam adotar *combenefício para o seu interesse coletivo*” (p. 94).

Sendo a justiça, nos termos descritos, um dever moral cuja exigibilidade é percebida por todos os seres humanos a partir dos direitos que titularizam, Mill conclui que possuirum direito é “ter algo cuja posse deve ser defendida pela sociedade” (p. 95). A questão final, então, é: por qual razão devemos proteger os outros contra danos, resguardando socialmente seus direitos?

Para Mill, a única resposta possível é que isto favorece a utilidade. As regras morais que impedem os seres humanos de se maltratarem reciprocamente (isto é, as regras de justiça) são as mais vitais para a coexistência, pois sua inobservância torna impossível a paz e, sem esta, ninguém pode ser verdadeiramente livre.

É claro que se pode ter interesse em inculcar na consciência das pessoas outros deveres morais além da justiça. Porém, por mais que deveres como a generosidade sejam importantes para o alcance de uma vida plena ou virtuosa, não são tão urgentes quanto os deveres de justiça, pois “uma pessoa pode não precisar dos benefícios dos outros, mas precisa sempre que os outros não a maltratem” (p. 100). Por esta razão, as normas jurídicas, cuja função é positivar deveres de justiça correlativos a direitos e, assim, proteger os indivíduos contra danos, são as mais estimadas por sua utilidade.

O papel da justiça, portanto, é este: instituir direitos contrapostos a deveres e, com isso, garantir uma liberdade igual a todas as pessoas, consoante a expressão de Bentham que Mill subscreve: “que todos contem como um e ninguém como mais do que um” (p. 102).

REFERÊNCIA

MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. Introdução, tradução e notas por Pedro Galvão. Porto: Porto Editora, 2005.